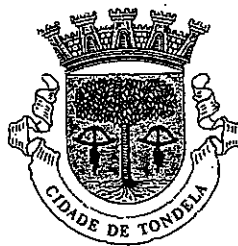


ACTAS DO IV ENCONTRO NACIONAL
DE
MUSEOLOGIA E AUTARQUIAS

TONDELA

(29 a 31 de Outubro de 1993)

Coordenação de João Manuel Diogo



CÂMARA MUNICIPAL DE TONDELA
1999

Património e modernidade

Adolfo Yáñez Casal

1. O TEMPO COMO DURAÇÃO

Uma das categorias, que com mais intensidade se impõe na reflexão sobre o fenómeno do património, é a do TEMPO. O TEMPO é um dos «imperativos categóricos» do conhecimento a que nenhuma sociedade se pode subtrair; o homem tentou sempre controlá-lo e dominá-lo, ora ocultando-o (no passado) para fazer dele uma dimensão escondida do social, ora ultrapassando-o prospectivamente (no futuro) para melhor o gerir (no presente).

O TEMPO, muito embora seja objecto de múltiplas estratégias para o reduzir a formas de temporalidade reconhecida e dominada, autoimpõe-se como deus, árbitro e juiz de todas as coisas, de todos os acontecimentos e de todos os humanos.

As mitologias e as tradições atribuem-lhe a configuração de um ente devorador; a simbologia e as memórias colectivas inventam dispositivos para imobilizá-lo; os rituais funcionam como seus domesticadores; a técnica e a economia ensaiam infrutíferas desmistificações, tentando reduzi-lo à impossível dimensão física.

O poder político alia-se a ele, legitimando-se no seu passado, gerindo o seu presente e sobretudo perpetuando-se no seu futuro.

Mas a história, a ciência e a cultura dos povos revelam que o TEMPO, – sempre novo e, no entanto, igual a si próprio –, sobrepõe-se a todas as tentativas de instrumentalização, movimentando-se inexoravelmente desde o oculto e em direcção ao desconhecido.

Nas sociedades «tradicionais», o TEMPO é reconhecido no seu mistério e no seu enigma; são acatados os efeitos da sua indocilidade; o TEMPO, dimensão presente em todas as formas de vida, mas totalmente invisível, é tratado com a sabedoria dos velhos, com «a ciência» dos adivinhos e com o poder dos mortos.

Nas sociedades «tradicionais», o tempo dos homens é inseparável do tempo dos seres naturais e sobre-naturais, mundo único subordinado a uma mesma temporalidade. Nas sociedades «tradicionais», não existem cortes entre o tempo passado e o tempo presente. O passado, nas coisas e nos homens, é fundador do presente; Os

antepassados fundadores de qualquer sociedade estão presentes e animam o poder, vivificam os soberanos e inspiram a sua sabedoria (G. Balandier, 1985).

A modernidade depois de introduzir, com ousadia e irreverência, o corte transcendental na essência contínua da duração do tempo, privilegia o presente, renuncia ao passado e fica prisioneira de um futuro sempre incerto.

Mas o passado, porque faz parte dessa continuidade pura do tempo, qual testemunha oculta da ruptura perpetrada, reaparece com maior ou menor ênfase nas múltiplas memórias físicas, naturais e culturais.

O passado do TEMPO, ignorado ou manipulado, mas dificilmente aniquilado, é garantia da continuidade temporal que rege as sociedades.

O passado transcorre em profundidade sob as conjunturas, o movimento e as rupturas da superfície de cada sociedade. O passado é a parte escondida, conservada do TEMPO nas sociedades modernas; O passado ocupa, em relação ao presente, um espaço comparável ao do inconsciente individual em relação ao consciente. A comparação não é de todo correcta, mas ilustra com eficácia o valor da presença do passado na linha do TEMPO.

Na modernidade o TEMPO fragmenta-se, perde o carácter de evidência ou de enigma, multiplica-se, relativiza-se e torna-se um caos de temporalidades, com tendência a transformar-se no mar negro da inconcebível ATEMPORALIDADE.

A ideia de ruptura no TEMPO é semelhante à ruptura acontecida na história das sociedades: «Desde a densa cortina de separação que demarca o termo e a tragédia da aventura humana e designa o destino golémico da Idade Absurda: Crepúsculo e sol negro; afirmação precária do Incaracterístico, surdo aos risos dos deuses» (A. Vieira, 1994) e do TEMPO.

2. A QUESTÃO DO PATRIMÓNIO

A essência dos objectos patrimoniais diz respeito ao passado, mas é nos tempos modernos que ela se manifesta, se legitima e se incorpora nas instituições públicas.

O processo de «patrimonialização» iniciado em Itália por volta do século XVIII foi-se estendendo, por vagas sucessivas e sem grandes alterações, pelo resto do continente e do mundo; este processo, note-se, era concebido paradoxalmente como marca de progresso e de modernidade entre as classes sociais mais afortunadas.

Na actualidade a questão do património – preservação e conservação do património –, tornou-se a pouco e pouco numa obsessão (a museo-mania), numa agitação incontestada e incontestável, pois responde a uma tendência inquestionável, a uma evidência quase natural, a ordem evolutiva das coisas, dos homens e das instituições.

Em torno do património gerou-se um silêncio inédito e perturbador que os técnicos da conservação gerem com a discrição e o saber técnico de agentes eleitos e investidos para uma tão alta missão: a missão da conservação.

De tempos em tempos estala o conflito e as complexidades silenciosas desmoronam-se, dividindo sectores sociais, fazendo intervir outros árbitros, outras competências, outras sensibilidades.

A inquietação atinge de forma inequívoca o exercício do poder estatal já que ele se encontra, pela primeira vez, perante o dilema de dois consensos sociais difíceis de conjugar:

- O consenso social do crescimento económico, da produção e do consumo intensivo de objectos.

É à sombra deste consenso que, desde há dois séculos, os Estados vêm legitimando o seu poder e instituindo uma determinada ordem social: a ordem da concorrência económica na exploração de todos os recursos em nome da modernidade e do progresso.

Mas a partir dos anos sessenta um novo consenso social começa a emergir, refutando o produtivismo e as suas nefastas consequências para a riqueza social e para os homens que não-de vir:

- O consenso social da conservação/preservação dos vários patrimónios, naturais, sociais e culturais.

Este consenso afirma-se pela recusa de um processo galopante de «desnaturização».

Os espaços urbanos, industriais, militares e de ócio expandem-se, criando artificialmente enclaves de verdura geométrica.

A poluição progride degradando espécies vegetais e animais.

Este processo foi despertando a consciência social, identificando os riscos e suscitando as várias iniciativas de preservação e conservação patrimoniais.

O poder político afectado pelo dilema dos dois consensos procurou, com algum desconforto, responder às inquietações patrimoniais dos cidadãos, sem deixar de continuar a incentivar o produtivismo e o consumismo.

É em torno desta contradição entre consensos sociais, implicando dimensões políticas, económicas e sociais, que a questão do património deverá começar a ser encarada e analisada.

As evidências com que os consensos aparecem e com que o poder político tenta «conjugar» esses consensos, devem ser situadas em contextos reais (históricos),

que permitam compreender as ambiguidades que tais evidências encerram.

Tais contextos já foram descritos por mais de uma vez e desde ópticas interdisciplinares diferentes. A posição dos vários analistas sobre esta problemática é cada vez mais conhecida, podendo sintetizar-se nos seguintes termos.

Face a uma sociedade cujas estruturas fundamentais e diferenciadas foram sendo «polidas» ou desfiguradas pela intensidade e a força do consumo de objectos, um imaginário social de contestação e de defesa, começou a manifestar-se, visando, com maior ou menor notoriedade, tanto o modo de produção das coisas, como o modo de produção de poderes, de saberes, de signos e de discursos.

A contestação, embora protagonizada por camadas sociais diferentes, e assumindo formas e estilos diversos em épocas distintas, tem um denominador comum: Faz apelo à criatividade contra a produção mecânica, incentiva o sentido contra o poder burocrático, privilegia a qualidade e restabelece a união entre a cultura e a natureza.

3. A ANACRONIA DO OBJECTO PATRIMONIAL

O homem moderno apercebeu-se de que a fauna e a flora que o rodeiam são apenas coisas; apercebeu-se de que essas coisas são produzidas com o único objectivo de serem consumidas a um ritmo cada vez mais crescente para serem produzidas numa rotação cada vez mais intensiva e rápida. O efeito indesejado de tal ciclo é a trivialização, o cansaço, a saturação e o lixo.

O cidadão comum vive num universo em que a lei do maior lucro assenta no consumo de objectos mais efémeros e repetidos; Como sucede com tudo o que é repetido, uniforme e abundante, o consumo de objectos «modernos» atinge rapidamente o ponto de saturação, seguido de desencanto e rejeição por parte de uma minoria de consumidores mais atentos, logo seguida pelo consumidor anónimo.

A situação de desconforto e vazio gerada por esta relação de consumo totémico num consumidor sem identidade, tem de ser compensada pela posse-consumo de outros objectos que pela sua raridade contêm significação suficiente para distinguir o seu possuidor-consumidor real da massa de consumidores virtuais.

Uma das estratégias de compensação mais utilizadas já não é a procura de objectos raros pela sua novidade, mas a procura de objectos raros pela sua antiguidade.

É o retorno ao objecto antigo, um objecto que não foi produzido, mas criado; um objecto que incorpora na sua materialidade marcas únicas de um artesão, de uma região, de uma época e de um contexto social-histórico particular.

Estes objectos são avaliados em razão das suas qualidades, da sua raridade, da sua força de evocação de culturas, universos e modos de viver já ausentes ou em vias de extinção.

Os mercados, as feiras especializadas e as boutiques de antiguidades, e na mesma sequência, as colecções, os museus e exposições, desenham espaços e territórios onde o imaginário suplanta o real e o passado mais remoto ou confuso assume atributos da modernidade mais genuína.

Estes objectos não são valorizados seguindo critérios de cálculo nem regras de funcionamento utilitário; pertencem a uma ordem diferente de objectos no mundo dos objectos: são objectos-testemunho, objectos-memória, objectos-nostalgia, objectos-evocação, objectos-significante.

Pertencem ao passado, respondem em si mesmos por uma historicidade, mas ao mesmo tempo e sobretudo são trazidos aos museus e às colecções, são cuidadosamente conservados e preservados, porque satisfazem a função moderna que os objectos modernos deixaram já de satisfazer plenamente: A função da distinção e da diferenciação social. São objectos históricos mas a sua principal excelência radica em que significam para além da sua própria história.

O fascínio que os objectos antigos exercem sobre o homem moderno só é comparável à atracção que os homens «primitivos», hoje subdesenvolvidos, sentiam ou sentem pelos objectos modernos mais triviais.

Trata-se de uma experiência enigmática originada no mais profundo dos seres humanos e das sociedades. Jean Baudrillard formula este enigma nos seguintes termos. «De onde vem esta espécie de fenómeno de aculturação que leva os civilizados na direcção de signos excêntricos no tempo e no espaço (excêntricos em relação ao seu próprio sistema cultural), fenómeno inverso daquele que leva o sub-desenvolvido na direcção de produtos e signos técnicos das sociedades industriais» (J. Baudrillard, 1968).

Um fenómeno semelhante, embora invertendo a posição dos parceiros despertou a atenção de B. Malinowski ao estudar o sistema Kula entre os Trobriandeses. O autor, intrigado pelo valor e significado social dos objectos cerimoniais (vaygu'a) circulando no KULA, é conduzido a reportar as suas observações de campo entre os Trobriandeses ao espírito conservador dos ingleses relativamente às Jóias da Coroa.

A explicação ensaiada por Malinowski, porque redundante, não desfaz o enigma. Ele considera que em ambos os casos «as forças psicológicas e sociológicas em jogo são idênticas; é, na verdade, a mesma atitude mental que faz com que nós atribuamos um preço às nossas jóias de família e os indígenas façam outro tanto com as suas vaygu'a» (B. Malinowski, ed. fr. 1963).

Nos dois comentários anteriores é sublinhada a dimensão mítica do objecto antigo. Há uma identificação do objecto antigo como objecto superior entre todos os outros; Um objecto definitivo, perfeito, mitológico. O tempo deste objecto único é também o tempo perfeito, o anterior perfeito, aquele que tem lugar anteriormente e que por isso é autêntico.

É a dimensão de temporalidade perfeita que falta aos objectos modernos e funcionais, que só existem no indicativo e no imperativo do seu uso e da sua prática, onde se esgotam sem ter atingido o tempo anterior.

Os objectos antigos transportam o passado para o presente, mas quem os contempla é transportado do presente para o passado. É esta fuga do presente em direcção às origens, motivada pela observação do objecto antigo, que causa atracção e mobiliza os modernos numa sobrevalorização do antigo.

Em ambos os movimentos as lógicas que estão presentes são complementares e reforçam-se mutuamente: a

lógica de significação dos objectos e a lógica do imaginário dos sujeitos.

O objecto antigo arrancado ao seu contexto social, temporal e, por vezes, geográfico, mais que verdadeiro ou falso, é lenda e mito, evoca as origens e a ancestralidade, também míticas, de quem os contempla.

Numa civilização como a nossa, onde o real é rigorosamente controlado e organizado segundo o esquema coordenador da sincronia e da diacronia, surge, com não menos eficácia, uma terceira dimensão, a da anacronia, impondo a justaposição de temporalidades, afectando objectos e comportamentos e provocando a evasão do presente precário e carente de estatuto na direcção de um passado perfeito, sublime, mitológico e eterno. Como muito bem descreve Vergílio Ferreira, no seu romance EM NOME DA TERRA, o tempo anterior é o tempo de tudo o que é grandioso: «Não te quero amar no tempo em que te lembro. Quero-te amar antes, muito antes. É quando o que é grande acontece. O que é grande acontece no eterno e o amor é assim. Vou-te amar no infinito da tua perfeição» (Vergílio Ferreira, 1990).

Nesta dimensão da diacronia, o objecto moderno, a coisa funcional, repetida, uniforme e in-significante, coexiste com o objecto antigo – artefactos, estilos, monumentos... – objecto singular, transcendente, raro e carregado de sentido. Coexistência equívoca de objectos e temporalidades, articulada com a coexistência não menos equívoca de comportamentos e aspirações dos indivíduos em relação aos objectos.

O que ainda mobiliza os indivíduos para o consumo acelerado de objectos modernos é o que cada objecto significa em termos de prestígio, distinção, mobilidade social e poder. A eficácia da lógica social é superior à lógica económica. Mas no mesmo instante em que os objectos modernos começam a perder significado, esgotadas que foram as suas virtualidades simbólicas nos repetidos actos de consumo, o impulso polarizador de consumo dirige-se para os objectos antigos, pre-modernos, únicos, materializando uma culturação post-moderna e reproduzindo a lógica de mobilidade e de diferenciação social.

4. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

A relação que as sociedades modernas foram desenvolvendo com o seu património – objectos, práticas, discursos e estratégias –, é assumida com tanta naturalidade e evidência que qualquer tentativa de questionamento no âmbito das ciências sociais, pode parecer mais provocação que contribuição científica.

Sabe-se, no entanto, que muitas das mais insuspeitas evidências, enunciadas pelo Estado e entendidas como tais pelos subordinados, quando submetidas a um trabalho de desconstrução analítica, deixam transparecer algumas das mais significativas ocorrências históricas e ideológicas, constitutivas dessas «evidências» (M. Foucault, 1969).

Será que a ideia e a prática do «património» podem constituir objecto substantivo de debate, para além das habituais interrogações sobre as suas funções e ou subordinadas institucionais?

Antes de mais convém referir que a palavra património conserva ressonâncias semânticas originais muito niti-

das. Elas dizem respeito, sobretudo, às duas componentes de poder e de direito que o património, oficialmente reconhecido, contém.

Segundo E. Benveniste (1969) o termo património está composto do adjectivo «patrius» e do derivativo «monium». O adjectivo «patrius» tem a singularidade de não admitir o seu correlativo – «matrius» –. A correlação existe apenas entre os adjectivos «paternus» e «mater-nus», mas o seu significado já é diferente. «Patrius» é um adjectivo classificatório e conceptual, «paternus» é descritivo, pessoal e biológico.

«Patrius» refere-se unicamente ao mundo social do pai, ficando excluída a correlação com o mundo da mãe. Esta falta de correlação é motivada pela situação legal da mãe; No direito romano não existe nenhuma instituição social que derive do adjectivo «matrius»; Este adjectivo, pura e simplesmente, não existe. O poder, a autoridade e o direito são exclusivamente «pátrios».

Mas se o adjectivo «patrius» derivado de «pater» não tem correspondência num adjectivo semelhante derivado de «mater», há, no entanto, derivados correlativos de «pater» e «mater»: são os termos património e matrimónio, de significados bem distintos.

A sua correspondência ou simetria é, apenas, aparente, pois «matrimonium», derivado directamente de «mater» significa literalmente a condição legal de «mater». Trata-se de um estado ou destino a que acede a jovem, o estado de matrimónio.

Tendo como pano de fundo estas referências semânticas, ainda hoje significativas na problemática do património, tentemos descobrir o sentido ou sentidos que o conceito foi adquirindo, sem perder de vista uma das suas propriedades ou componentes fundamentais: a ligação da «coisa patrimonial» ao poder (masculino), pátrio, ao poder público, ao Estado.

Sobre o património, na actualidade, seja ele cultural, ecológico ou genético, recaem políticas gerais de preservação-conservação patrimonial, concretizadas em estratégias e traduzidas em instituições, leis, discursos, saberes e práticas patrimoniais específicas.

A tónica destas políticas e estratégias centra-se em torno de três imperativos: a evidência, a urgência e a compensação (M. Guillaume, 1990).

O carácter de evidência, urgência e compensação está presente em todos os enunciados e práticas políticas sobre o património.

- O tema da evidência, já focado no ponto anterior, é uma invenção necessária para alimentar um discurso «ingénuo e moralizador» de fidelidade e respeito por um passado onde se procura encontrar o enraizamento social e cultural de sociedades que emergiram e se desenvolveram a partir precisamente de uma ruptura fundamental com o passado.

Na verdade uma política de conservação do património que promove explícita e oficialmente a rememoração do passado, só é possível porque uma tal ruptura aconteceu, uma ruptura das relações da sociedade com a sua história. A partir dessa ruptura, toma-se necessário e evidente inventar novas relações com o passado.

Esta mesma ideia é brilhantemente resumida numa

frase de Boaventura Sousa Santos no *Jornal de Letras, Artes e Ideias* de 11 de Maio de 1994: «Um dia teremos, pateticamente, que inventar, sempre com atraso, o que já tivemos quando éramos atrasados».

- O tema da urgência da conservação patrimonial caracteriza-se pela grande ambiguidade com que é legitimado perante a sociedade. As forças do consumo e de destruição são tão intensas e vorazes que urge preservar e conservar política e socialmente o que a economia na sua dinâmica já secular de progresso e a coberto de crises insanáveis, impossíveis de ultrapassar, continua a aniquilar, reduzindo a diversidade ao mais puro «inca- racterístico». Um inca- racterístico que de tão repetido passa circularmente de produto a factor, de objecto a sujeito, exibindo poderes fatais de atracção e de contágio: «Nenhum olhar desinteressado consegue ver o inca- racterístico sobre o espaço em redor; tão só olhares diafragmados pelo interesse. Numa montanha “vê” a vantagem de minérios a extrair; num rio, a força motriz capaz de lhe criar potencial energético; num alinhamento megalítico, um íman para turistas; num animal raro, fonte de peles ou marfim; numa floresta, matéria prima do papel onde serão impressos dejectos discursivos» (António Vieira, 1994).

O remédio político da conservação do património face à doença destrutiva e arrasadora da economia liberal encerra um equívoco difícil de corrigir: A urgência com que são apresentadas as estratégias de conservação do património, imprime-lhe uma eficácia legitimadora pouco vulgar, mas ao mesmo tempo oculta as razões profundas dessa mesma urgência.

Estranha e paradoxal colaboração entre a promoção política da conservação do património e a promoção económica da produção de objectos (dejectos).

A história das sociedades modernas foi e continua a ser a história de uma exploração concorrencial e desordenada dos recursos naturais, humanos, sociais e culturais. É reagindo contra a natureza, os recursos humanos e a cultura viva, que o «progresso progride» e o poder estatal aumenta o seu crédito.

Mas a sociedade civil, ainda tímida e discreta, começa a tomar consciência dessa relação deturpada com a natureza.

A cultura e a natureza já não são consideradas como dois momentos distintos da mesma história humana, mas dois pilares contíguos mutuamente reforçados.

O Estado alertado pela viragem em prol dos valores ecológicos e do direito à diferença, aparenta assumir responsabilidades políticas sobre a gestão da natureza e o respeito do património cultural, mas não renuncia à ideologia produtivista, seu principal suporte e fonte de legitimidade reprodutora.

- Em estreita ligação com o tema da urgência, funciona o fenómeno da compensação.

Afirma Marc Guillaume (1990) que «a compensação se inscreve ou procede de um antagonismo entre o Estado – poder político – administrativo – e a acumulação de

capital, mecanismos de mercado e rentabilidade». Antagonismo, na verdade, aparente e superficial, pois num sistema económico neo-liberal a fonte do seu vigor reside mais na exploração que na preservação da natureza.

A figura e as funções da compensação são atribuídas ao Estado, ao atribuir-lhe o controlo e a direcção do dinamismo concorrencial no sistema económico e no desenvolvimento da sociedade.

Por extensão e em paralelo, o Estado adquire funções e legitimidade de serviço público: Protecção social, socialização, aculturação, política de conservação do património etc.

A ideia da compensação actua no imaginário social como elemento de reequilíbrio entre, por um lado, o imperativo económico e os seus imponderáveis efeitos perversos, e por outro lado, a urgente necessidade de preservação e ou conservação patrimonial que a sociedade civil e os indivíduos contrapõem na procura de uma identidade, desde há muito em processo de diluição.

A sociedade moderna adquire assim uma relação forjada, construída e mediatizada artificialmente com o passado. A conservação simbólica, viva e espontânea, – a memória identitária – do espaço, das relações sociais e dos artefactos, é substituída por uma conservação «heterológica», iniciada «pela rejeição de um mundo de presença invisível do passado no presente, de que ao mesmo tempo acumula restos materiais, o património» (Marc Guillaume, 1990).

O passado, depois de rejeitada a sua essência de invisibilidade e imaterialidade, é inventado, reactualizado e construído na sua aparência e na sua materialidade: nasce o património.

Agora o passado, com estatuto de património, torna-se no OUTRO da sociedade moderna; Um OUTRO que

reduzido ao silêncio de objecto de observação e de estudo, pode ser manipulado, acumulado, rememorado, hierarquizado e acima de tudo utilizado, como documento histórico, como dispositivo pedagógico, como atracção turística, como aparelho ideológico, como instrumento político ou como simples e puro objecto de conservação.

Eis as novas funções que o espírito da modernidade imprimiu aos objectos, aos factos e aos artefactos que as contingências históricas nos legaram: As funções patrimoniais.

BIBLIOGRAFIA

- GEORGE BALANDIER, *Le Detour – Pouvoir et modernité*. Fayard, 1985.
- ANTÓNIO VIEIRA, *Ensaio sobre o termo da história*. Hiena, 1994.
- JEAN BAUDRILLARD, *Le système des objets*. Gallimard, 1968.
- B. MALINOWSKI, *Les argonautes du Pacifique Occidental*. Gallimard, 1963.
- VERGÍLIO FERREIRA, *Em nome da terra*. Bertrand, 1992.
- M. FOUCAULT, *L'archéologie du savoir*. Gallimard, 1969.
- E. BENVENISTE, *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*. Éd. Minuit, 1969.
- MARC GUILLAUME, «Invention et stratégies du patrimoine» in Henry Pierre Jeudy, (Dir.), *Patrimoines en folie*. Ministère de la Culture et de la Communication. Collection Ethnologie de la France, Cahier 5. Ed. de la Maison des Sciences de l'homme, Paris, 1990.
- BOAVENTURA SOUSA DOS SANTOS, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 11 de Maio de 1994.